



INTERVENÇÕES

O que resta do “internacional”?

Muryatan S. Barbosa

O que resta do “internacional”?¹

*Muryatan S. Barbosa**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos organizadores e todas e todos que estão trabalhando para a realização deste belo evento na UFBA. É um sonho coletivo se realizando para aqueles que acreditam numa visão mais crítica e menos eurocêntrica das relações internacionais. E é uma honra estar aqui com vocês. Por uma questão de (falta) de espaço e tempo, gostaria de ir diretamente ao tema colocado: o que resta do internacional?

Para responder a tal pergunta, creio que não seria inútil pensarmos a partir da premissa do questionamento: o internacional. Segundo um dicionário de relações internacionais², a concepção primeira do “internacional” foi estabelecida por Jeremy Bentham (“Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”) em 1781, significando o sistema de leis entre estados soberanos³. Vale lembrar, “leis” no sentido de relações e determinações, que era o sentido hegemônico do termo na Europa do século XVIII. Em uma linguagem mais contemporânea se poderia dizer: o estudo do sistema interestatal. É uma definição possível. Mas muita coisa importante fica de fora desse “internacional”. Desde que as Américas foram integradas ao mercado mundial, a partir do século XVI, pode-se falar de um “internacional” que não é apenas a acumulação de particularidades, nem reflexo desse “sistema interestatal”, supostamente provindo de Vestfália (1648). Desde sua origem, o capitalismo eurocentrado criou uma internacionalidade fundada na produção e troca de mercadorias, possibilitada pela conquista da América, a escravização dos africanos negros e o desenvolvimento do sistema manufatureiro. Após o sucesso inicial de países como Portugal, Espanha, Inglaterra e França—em termos de crescimento econômico—, a forma Estado-nação foi-se proliferando pelo mundo, reforçando a concorrência econômica e militar entre as sociedades que estavam se integrando a tal configuração global. Daí o espaço de verdade que a geopolítica e a análise realista costumam ter. Mas estados não são sujeitos. Tais agentes são formados e reinventados nas dinâmicas fundamentais da estratificação social desde então: classes, elites, raças, gênero. Aí vão se engendrando outras histórias, muitas vezes de forma interrelacionada com a do Estado-nação. No século XX surgem as organizações internacionais (em particular a ONU), visando construir uma suposta governança global, pouquíssimo frutífera até hoje. O internacional é, portanto, em minha opinião, derivado de uma trajetória complexa de formação e reproduções multiformes e particulares do capitalismo realmente existente, envolvendo processos e articulações de acumulação de capital, Estados, Estados-nações, classes, elites, raças, gênero, organizações internacionais.

Vejo aí um programa mínimo acerca da origem e reprodução do internacional, desde uma perspectiva mais crítica e menos eurocêntrica do que outrora do campo de relações internacionais. Ousaria dizer que, em linhas gerais, ele é mais do que um comentário pessoal. E pode ser interpretado como uma síntese possível de um longo debate—secular—sobre o funcionamento do capitalismo realmente existente. Grosso modo, do Capital à colonialidade do poder, e outras interpretações contemporâneas da questão.

Evidentemente, pode-se questionar de forma ainda mais radical o legado eurocêntrico nas relações internacionais, assim como certas premissas deste debate que citei como um programa mínimo. Mesmo porque, sejamos francos, em ciências humanas quase tudo pode ser criticado e desconstruído. Pessoalmente, acho que seria útil nos livrarmos da ideia de “sistema” que é utilizada como premissa da maioria destes debates: sistema capitalista, sistema internacional, sistema mundial. Pior ainda é a ideia de “ordem”, como a “ordem internacional”: é pura ideologia. Se o que existe é uma configuração global do capitalismo, por que incluir ali a ideia de sistema ou ordem? Será que é uma busca inconsciente pelo equilíbrio, por organização? Não parece ser uma ideia que esteja presente no mundo real, mas podemos discutir este assunto posteriormente.

Gostaria de deixar evidente que a minha sugestão deriva de uma reflexão que também tem os seus limites e premissas. Estou partindo de dois princípios implícitos: a) a ciência como ideal regulatório do trabalho acadêmico; b) o pensar em termos de utopia concreta. O primeiro ponto é hoje tido por controverso, mas não vejo razões para tanto tendo em conta o largo debate interno da teoria social e das ciências humanas sobre o assunto, desde o século XIX. Para resumir, entendo por ciência uma prática de pesquisa que implica princípios gerais de coerência lógica e comprovação empírica. O segundo ponto talvez seja mais polêmico. Ernst Bloch, filósofo alemão, definiu utopias concretas como “a possibilidade real-objetiva que circunda a realidade existente com uma tremenda latência, e proporciona à potência da esperança humana seu vínculo com a potencialidade do mundo”⁴. Reconheço que se trata de uma definição assaz abstrata, que necessita comprovação lógica e empírica. Mas vejo nisto mais aspectos positivos do que negativos. É um ponto de partida a ser trabalhado a partir da realidade.

Gostaria de me aprofundar um pouco mais neste segundo aspecto da questão, pois creio que os dois assuntos estão ligados. Ou seja, pensar em termos de utopia concreta hoje depende de nossa capacidade de entender as dinâmicas inerentes ao capitalismo realmente existente; sem o que estamos nos condenando ao romantismo utópico ou ao reformismo conservador (em que tudo está no longo prazo).

Sabemos que tal configuração internacional criou (e continua a repor) uma estruturação de centro-periferia, alicerçada na divisão internacional do trabalho. Para superar tal condição subalterna, sociedades passaram por grandes transformações ou mesmo revoluções, além de uma boa dose de geopolítica. Neste processo, por décadas, construíram projetos autocentrados de desenvolvimento, contanto com menor ou maior superexploração de outros povos e/ou de sua própria população. No final das contas, simplificando muito, foram progredindo conforme saíram de um modelo de crescimento baseado na exportação de *commodities* (mineral ou agro), para um modelo autocentrado, voltado à produção industrial e à criação de um sistema próprio de ciência, tecnologia, educação e defesa militar. Este foi o caso de nações como EUA, Rússia e China. Mas pode-se falar de outras situações ainda em processo, como Coreia do Sul, Vietnã, Canadá, Austrália. O Brasil parece ter desistido de estar nesta lista, mas espero estar errado. A África também poderia seguir este caminho, desde que se unificasse⁵.

Seja como for, olhando para este quadro geral, vê-se que tal possibilidade de desenvolvimento (muitas vezes deveras predatório, é verdade) sempre foi mais alicerçada em grandes nações do que em pequenas. Não por acaso, evidentemente. A forma Estado-nação, especialmente de grandes nações, garantiu os vastos recursos territoriais, populacionais e naturais que facilitaram o processo de desenvolvimento. E tendo em conta o grau de crescimento das forças produtivas hoje, em termos econômicos, tecnológicos e militares, parece que tal forma (Estado-nação) é cada vez mais necessária para o estabelecimento e a autodefesa de uma organização social densamente povoada (escala de milhões), que pretenda se manter minimamente autônoma e estável na média (décadas) ou longa duração (séculos). Em suma, gostemos ou não deste fato, o Estado-nação veio para ficar.

Do meu ponto de vista, entender como e porque ocorreram essas histórias de superação da condição periférica, e imaginar como fazê-lo hoje desde um ponto de vista progressista, é algo que deveria interessar a todo internacionalista. E, vale lembrar, isto é particularmente relevante para a melhora da vida material dos mais pobres de uma nação, por conta da necessidade de um desenvolvimento econômico constante e inclusivo.

Se aceitar tal fato hoje pode parecer algo esdrúxulo é porque sabemos melhor do lado sombrio de uma construção nacional. Há razões históricas e éticas que justificam tal percepção. Em especial, pelo fato de que quanto mais forte é esta projeção da unidade nacional, maior tende a ser concomitantemente a invenção de um Outro a ser enfrentado (e por vezes eliminado), tanto externa quanto internamente. E não há coincidência, pois a imagem de um inimigo comum reforça os laços de unidade e semelhança de uma maioria. A tragédia está à espreita. E é inegável o caráter temerário que tal tipo de mentalidade tende a legitimar, especialmente quando se trata de questões étnicas, raciais, religiosas e de gênero.

Creio que Fanon foi um pensador pioneiro nesta reflexão, quando colocou a questão da descolonização de países de forte configuração colonialista, como tentei mostrar no livro *Desde Fanon*, em coautoria com o prof. Deivison Faustino⁶. Mas não há respostas fáceis para este dilema, que é um dos mais importantes a serem resolvidos hoje. Enquanto não o fizermos, o ovo da serpente chamado fascismo tomará cada vez mais espaço, pois a projeção nacional está tão viva quanto antes, apesar dos apressados diagnósticos globalistas dos anos 1990, que diziam o contrário. Em suma, a soberania é um sonho perigoso, é verdade. Mas ele é aparentemente incontornável em termos de utopia concreta.

Este fato me leva a repensar o nacional Brasil. Existiria um outro Brasil que precisa ser desvelado e que projeta uma modernidade alternativa? O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, por exemplo, um dos meus autores prediletos, achava que sim⁷. Ele dizia que um Brasil nacional-popular sempre tentava se colocar, mas era constantemente derrotado por um Brasil formal, que se queria branco e complementar ao mundo europeu. Sua hipótese ainda espera por comprovação, e finalmente poderei voltar ao tema. Mas para ser sincero, sei que o caminho de resolução individual destas e outras questões é sempre mais limitado do que o caminho coletivo, geracional. No entanto, a

verdade é que não consigo convencer nem meus alunos e alunas da importância de se repensar o Brasil... seria este mais um indício de que este país está desaparecendo como utopia concreta? Creio que sim, pois, aos mais jovens, interessa muito mais a crítica do que a proposição de um outro Brasil. Estou simplificando, eu sei. Mas seria o caso então de pensarmos na unidade latino-americana como uma utopia futura? Não estou certo, mas cabe discussão.

Fui o mais longe que pude no tempo e espaço que me foi concedido. Resumindo, diria que pensar o internacional hoje, desde uma visão que se quer científica e de utopia concreta, implicaria partir de dois condicionamentos estruturantes de nossa época: o capitalismo realmente existente (e suas derivações na estratificação social) e a forma Estado-nação. A meu ver, as reinvenções e reimaginações da política precisariam começar daí, para que possam seguir adiante num outro nível, não apenas acadêmico, mas também na práxis.

Ao aceitar esse fato talvez sejamos vistos como menos pós-eurocêntricos e aparentemente menos progressistas do ponto de vista do atual mercado de ideias e performances. Mas espero que sejamos mais pós-eurocêntricos e progressistas em relação ao devir concreto. Isto para mim é o suficiente.

Dito isto, volto à pergunta inicial: o que resta do internacional? Bem, se entendermos por isso uma configuração global alicerçada sobre o capitalismo realmente existente, não há nada de muito novo abaixo do Sol. Continua a corrida pelo desenvolvimento. Alguns seguirão em frente, olhando mais ou menos para os de trás. E os que caírem ou desistirem do percurso se tornarão vítimas de outros.

Não se trata de pessimismo ou otimismo. O progresso existe. Vale lembrar, por exemplo, do fim da escravidão legal como forma de utilização de força de trabalho; algo generalizado na história humana até o século XIX. Mas outros melhoramentos são aparentemente passageiros. A existência da URSS tornou o capitalismo menos selvagem, é verdade. A descolonização venceu! Mas tudo isto pode retroceder enquanto o socialismo não se recolocar no horizonte da política internacional. E digo mais, a ferocidade animalesca continua. O que acontece em Gaza é paradigmático: em última instância não há um internacional como imperativo categórico que possa livrar um povo das garras de outro militarmente mais poderoso, liderado por genocidas. Caiu a máscara: Gaza é o fim da civilização ocidental. É o fim do internacionalismo liberal, da ideologia do multilateralismo, da governança global, do discurso humanista etc. Mas não é o fim do internacionalismo que sempre esteve aí, ou seja, do internacionalismo capitalista. E assim seguiremos, por enquanto. O amanhã ainda não se conhece.

** Professor do Bacharelado em Ciências e Humanidades, do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC).*

¹ Texto escrito para a 1ª edição da ColabRI, realizado nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2025 na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Texto publicado com consentimento do autor.

² EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *Dictionary of international relations*. Londres: Penguin, 1998.

³ BENTHAM, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, 1781. Disponível em: <https://www.utilitarianism.com/jeremy-bentham/index.html>. Acessado em 09 de outubro de 2025.

⁴ BLOCH, Ernst. *On Karl Marx*. Nova York: Herder and Herder, 1971, p. 172.

⁵ Quando escrevi o livro *A razão africana*, tentei mostrar como tal percepção podia ser encontrada no melhor do pensamento africano contemporâneo. Ver: BARBOSA, Muryatan Santana. *A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo*. São Paulo: Todavia, 2020.

⁶ FAUSTINO, Deivison Mendes; BARBOSA, Muryatan Santana. *Desde Fanon*. São Paulo: Boitempo, 2025.

⁷ BARBOSA, Muryatan Santana. *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. Jundiaí: Paco, 2015.